

A Justificação da Guerra através da Mídia: o Papel dos Meios de Comunicação na Resistência Política e no Resguardo dos Direitos Humanos (Estudo de Caso Israel e Palestina)

Camilly Vieira da Silva (Autora)¹

Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho (Orientador)²

Resumo

O presente artigo tem como finalidade fundamental compreender o papel dos meios de comunicação e de seus profissionais como agentes que são capazes de contribuir para a humanização de conflitos armados, excluindo a lógica de propaganda jornalística e desafiando discursos dominantes. A partir disso, é desenvolvido um estudo envolvendo como ponto focal a trajetória histórica do Estado de Israel e do povo palestino, em relação ao desempenho midiático diante dos atuais conflitos retravados em 2023 entre o grupo político-militar palestino Hamas e o corpo militar israelense. Neste confronto, também de ideias, proliferado de modo reiterado por uma revolução informacional, sobretudo em plataformas digitais, compartilham discursos e projeções ideológicas discrepantes, obtendo resultados progressivos e afetando negativamente a construção de uma opinião-pública bem fundamentada, além de apresentar uma perspectiva crítica heterogênea sobre os episódios em questão.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Israel; Mídia; Opinião Pública; Palestina; Oriente-Médio;

Introdução

A dúvida, assim como a curiosidade, são combustíveis daquilo que determinamos como fundamentais para o fazer jornalístico. A combinação de ambos transporta profissionais questionadores em busca de respostas, as quais podem estar no seu bairro, em um ponto turístico da sua cidade, no Estado mais ao norte do país ou, por alguma razão, a mais de dez mil quilômetros de distância. Neste caso, é possível dizer que as respostas deste artigo estão distantes de serem resolutas, irrefutáveis ou inquestionáveis, não somente pela longitude de espaço, como também por uma dissonância étnica e cultural sobre o outro, figura central ao objeto de estudo proposto.

¹Camilly Vieira da Silva é estudante do curso de Jornalismo e é pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Pesquisa, CIP, da Faculdade Cáspier Líbero. Email: contatocamillyvie@gmail.com

²Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho é Doutor em Ciências Políticas pela Unicamp. Docente do curso de Jornalismo da Faculdade Cáspier Líbero. Email: amhfilho@casperlibero.edu.br

Esta figura central idealizada por nós – seja a partir de uma perspectiva enviesada ou sob uma ótica particular –, tende a nos direcionar para um imaginário mitológico sobre a cultura, costumes, religiões e motivações que envolvem o passado, o presente e instintivamente o futuro das relações entre palestinos e israelenses. Entretanto, é imprescindível que a visão etnocentrista Ocidental voltada ao Oriente esteja direcionada, de uma maneira ainda mais evidente, aos árabes mulçumanos, sobretudo após os ataques de 11/9 aos Estados Unidos da América. O acontecimento que delineou o início do século XXI, originou novas maneiras de fabulação no desenvolvimento de narrativas sobre o islã e as sociedades árabes, resultando assim, em um movimento que poderíamos intitular como *caça às bruxas*.

Raramente fomos introduzidos às narrativas do Oriente. Os livros escolares, por exemplo, apesar da tentativa de englobar todos os principais marcos históricos da humanidade, não nos apresenta suas revoluções, personalidades ou feitos da mesma maneira que as cronologias de outras unidades territoriais. O fato é que há uma causalidade de seletividade sobre estes conhecimentos. Muitos poderiam contestar e argumentar sobre este pensamento, ainda assim, este fenômeno tornou-se alarmantemente visível após a numerosa inexistência de discernimento por parte dos habitantes da região ocidental' diante dos ataques de 7 de outubro de 2023 à Tel Aviv, protagonizados pelo grupo extremista Hamas, responsável pela gestão e controle político-social sob os palestinos na Faixa de Gaza.

A retomada dos conflitos entre palestinos e israelenses, que desde os marcos iniciais de interação entre as partes ocorrem intermitentemente de maneiras expostas ou isoladas, se tornou pauta dos grandes veículos de comunicação ocidentais, com imagens sendo transpassadas de um jornal para o outro e reproduzidas de maneira mecânica, funcionando como uma espécie de rede que se retroalimenta. Além disso, os discursos informativos apresentaram-se redundantes e imprecisos, levando em consideração a falta de clareza educativa diante do contexto sobre os motivos que retrocedem os conflitos atuais e a instabilidade entre ambos os povos, com ênfase no que se refere às tensões entre os grupos dirigentes.

Seja de modo direto ou indireto, os atuais conflitos envolvendo a entidade político-militar Hamas (classificada por diversos países e organismos internacionais como grupo terrorista) e as engrenagens político-institucionais do Estado de Israel, implementaram e continuam promovendo divergências globais. Tais controvérsias estão vinculadas a raízes religiosas, posicionamentos ideológicos contrastantes entre esquerda e direita, coibição das ações governamentais israelenses, discussões sobre a globalização, cultura de guerra, interpretação sobre distintos níveis de terrorismo, entre demais fatores. No fim das contas, as

alterações são numerosas e – em sua maioria – efetivamente pertinentes. Todavia, o objetivo deste artigo é buscar as fontes de informação da grande parcela da população e investigar de onde e por que se iniciam determinadas ideias pré-concebidas sobre o tema dentro de uma amplitude ideológica ocidental, sobretudo, sul-americana. Em síntese, este estudo se propõe ainda a analisar o impedimento ao acesso independente às ocorrências globais e a decorrente falta de liberdade individual em meio a um ambiente permeado por processos de desinformação, inserida em uma sociedade caracterizada pela sobrecarga informacional.

As justificativas que delineiam o desenvolvimento deste artigo estão associadas a três polos factuais. O primeiro aspecto trata-se do reconhecimento do carácter interpretativo do jornalismo. O segundo, refere-se à figuração assimétrica que caracteriza os conflitos contemporâneos – sobretudo os embates árabe-israelenses –, sustentada por uma estrutura desproporcional, para a qual teorias tradicionais oferecem respostas limitadas, diante de uma tragédia de carácter humanitário. E o terceiro, por sua vez, refere-se ao papel que a mídia ocupa na política contemporânea, em face de uma concepção de “democracia” baseada na interferência de portais informacionais, que resulta no impedimento e limitação da autonomia coletiva, levando-nos à conclusão de que a imagem do mundo que é apresentada à população tem apenas uma pálida relação com a realidade, tal como observa Noam Chomsky, em seu livro *Mídia: Propaganda Política e Manipulação* (2015).

No contexto atual, tem-se acesso a informações constantes sobre a existência de diversos conflitos armados em curso ao redor do mundo – de forma mais acentuada para uns do que para outros, de acordo com teorias comunicacionais tradicionais –, sendo eles conflitos procedentes devido a diferentes fatores, como a intolerância religiosa, ocupação de territórios, pressões econômicas, sistêmicas ou culturais. Independente das razões que movem uma guerra, é importante desenvolvermos à consciência de que não somos pertencentes do conjunto diverso de circunstâncias e estamos fadados a escolhermos comumente um lado da moeda a fim de nos alinharmos à opinião pública e pertencermos a uma discussão.

O mundo é aquilo que se vê de onde se está, na medida em que permanecemos detidos à inércia e ao nosso estado de acomodação. Diante disso, a partir de outra perspectiva – para além de onde estamos – qual seria a maneira ideal de promovermos reconhecimento? E ademais, isso seria uma responsabilidade, além de institucional, coletiva? Neste percurso de entendimento, autores diversos foram fundamentais. Alberto Dines, Edward Said, Eduardo Galeano, Grégoire Chamayou, Karl Mannheim, Ilan Pappé, Noam Chomsky, Marjane Satrapi, Milton Santos, Walter Lippmann e Zygmunt Bauman, tornaram-se fontes substanciais na busca

por aproximação e cognição dos fenômenos que moldam, não somente os atuais conflitos entre as partes envolvidas, como também as estruturas sociais às quais nos vinculamos.

Este estudo lida com o incompreensível – pois, por maior que seja a solidariedade ou empatia, não é possível, de modo algum, compreender plenamente as experiências vividas por outro indivíduo – e não consiste em uma simples refutação ou confirmação dos fatos. Objetivamente, a presente pesquisa propõe-se a evitar lógicas reducionistas ou simplificadoras que enfraqueçam a complexidade dos fenômenos globais, bem como ambiciona o alargamento do campo de discussão, incorporando novas perspectivas ao debate público. O intuito é a assimilação da prática jornalística como algo que, para ser inteiramente desfrutada, necessita buscar atribuições profundas e abranger a ideia de que, em última instância, detemos da notável responsabilidade de suprir as demandas da coletividade pela compreensão do mundo.

O Oriente é uma carreira

A formulação da ideia que atribuiria o formato esférico ao planeta terra manifestou-se a partir de um filósofo da Grécia Antiga, notoriamente conhecido como Aristóteles. Em seu livro, *De Caelo* (350 a.C.), o pensador diferenciava os fenômenos celestes em comparação com aqueles que ocorriam na esfera sublunar. Em sua visão, fatores como os eclipses lunares, as particularidades de movimentação dos corpos celestes e a busca dos elementos fundamentais serem direcionadas ao centro da terra, destacaram-se como algumas das constatações essenciais para a afirmação de que este planeta *deveria* ser esférico. Subsequente a isso, a noção de esfericidade do planeta que habitamos se tornou um senso comum dentre inúmeras sociedades, sobretudo após as incontáveis expedições realizadas por navegadores que se aventuraram a completar a volta ao mundo.

Nos contextos de cartografias representativas globais, de maneira hegemônica, é possível observar a centralidade do continente europeu em face das demais partes. Portanto, fundamentalmente, o núcleo da discussão em relação ao formato físico desta massa terrestre manifesta-se necessária devido a origem das diferentes percepções e suposições infundadas – particularmente no que se refere ao Oriente Médio, seu contexto geoespacial e as populações que o habitam. Essas distintas percepções do Ocidente sobre o Oriente, estão diretamente interligadas às representações mentais dos indivíduos, que são constituídas por configurações simbólicas de mundo às quais estão historicamente vinculados (MATTEI, 2006). Neste caso, a compreensão do Sul Global – com ênfase na América Latina –, historicamente, também tem

sido subordinada a partir de uma perspectiva eurocêntrica de representação, que persiste influenciando tanto o campo do conhecimento literal quanto o simbólico.

Em 1943, o artista uruguaio Joaquim Torres García (1874 – 1949) propôs em sua obra *América Invertida*³, um mapa que apresentasse ao público o mundo de outra perspectiva, com o Sul acima e o Norte abaixo. Em sua arte metafórica, Torres reafirma que não há razão científica para os posicionamentos geográficos de todos os mapas. Tais projeções cartográficas, especialmente a de Gerardus Mercator, realizada no século XVI, contribuem para a consolidação dessas concepções. A projeção em si, extremamente difundida, desempenhou um papel essencial quanto à percepção desbalanceada das regiões continentais, marginalizando territórios como África, América Latina e partes do Oriente (tais como o Oriente Médio, Ásia e o Sudeste Asiático), em contrapartida, promove vantagens ao continente europeu. Sendo assim, reforça-se o paradigma do progresso como algo irradiado exclusivamente do determinado “centro” – a Europa –, subalternizando outras esferas culturais e geográficas.

É evidente que, ao tratarmos sobre o Oriente Médio, estamos lidando com uma região que se configura como uma “invenção” – por muitas das vezes – e que, além de onírica, é composta por uma idealização de seres exóticos, animais e bárbaros (SAID, 2007). Não foi necessário ouvir esses termos diretamente por nenhum indivíduo. Contudo, as matrizes culturais ocidentais, oriunda dos Sharons, Rumsfelds, Bin Ladens e Bushes dessa esfera política global, conduziram à sua compreensão de que a cultura árabe é sinônimo de atraso, ameaça, contrária aos princípios democráticos e afeitos à violência por natureza.

De acordo com a cientista social e pesquisadora com foco em segurança no Sul Global, Oriente Médio e organizações armadas não-estatais, Karime Ahmad⁴, em aula ministrada sobre a Geopolítica do Oriente Médio, promovida pela Revista Relações Exteriores, tal configuração geográfica determinou – além de diversos prognósticos – sua nomenclatura: ‘Oriente’ por ser uma região localizada ao leste da Europa e ‘Médio’ por estar no intermédio do trajeto europeu até a Índia, substancialmente em função do período das grandes navegações.

O Oriente é uma carreira. Assim declarou Benjamin Disraeli – que por duas vezes ocupou o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido –, em seu romance *Tancredo* (1859). De acordo com a interpretação e ótica do pensador palestino-estadunidense, Edward Said, Disraeli almejava dizer aos acadêmicos ocidentais que os estudos sobre o Oriente poderia ser uma

³ GARCIA, Joaquín Torres. *América Invertida* (1943). Fonte: <https://historiasdasamericas.com/america-invertida/>. Acesso em: 9 out. 2025.

⁴ Karime Ahmad Borráschi é Doutoranda em Relações Internacionais pelo programa de Pós-Graduação em San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Email: karime.cheaito@gmail.com

paixão absorvente. No entanto, como argumenta Said, essa visão intensa, exclusiva e monopolizada que esteve desde o princípio atravessada por uma relação de poder, domínio e simbolismo, atribuíram ao Oriente discursos de alteridade, dominação e exotismo em relação ao Ocidente, isso, em suas palavras, em graus variáveis de uma hegemonia complexa. Sendo assim, a região não é referida apenas como um ponto geográfico, mas como uma ideia construída, imaginada e moldada aos interesses políticos e culturais ocidentais. Dessa maneira, fronteiras mentais e físicas foram estabelecidas por uma lógica colonizadora ocidental, que passou a segregar nós e eles, o moderno e o atrasado, o concêntrico e o exótico, o comum e o peculiar – o centro e a periferia.

Este modo dominador inerente, que contribui de modo contínuo para a divisão e mentalidade dominadora sobre seus povos, e de maneira sinérgica ao islã e seus seguidores, contribuem para a justificação de radicalização e rotulação destes indivíduos. Um dos principais desdobramentos deste fenômeno social, enquadra-se no conceito de formulação de estereótipos reforçados pela mídia, em suas diversas vertentes. Com o 11/9, caracterizado pelos ataques aéreos do grupo fundamentalista islâmico Al-Qaeda, às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York e ao Pentágono em Washington, as lógicas ocidentais foram intensificadas, de forma adicional, devido ao surgimento da chamada Guerra ao Terror, idealizada na então Doutrina Bush, em 2001.

Na visão de Said, a aproximação feita aos estudos do Oriente, a partir de um indivíduo do Ocidente, são realizadas a partir de duas fases. A primeira consiste na consciência de *sua* própria realidade, seja você europeu, norte-americano ou neste caso, latino-americana. E por conseguinte, a aproximação como um indivíduo. Adquirir a consciência da origem de suas perspectivas sobre o outro é mais do que relevante, tendo em vista que o anseio destas palavras escritas emerge de um território que sempre, direta ou indiretamente, possuiu interesses no Oriente, não somente de uma maneira mercadológica, mas também, tal como se verifica nesta circunstância, de natureza acadêmica. Em suas palavras,

Tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra. (EDWARD SAID, 1995, p.31)

De modo geral, há uma grande e complexa dificuldade de compreender um mundo diversamente alternativo ao seu. O Orientalismo como fenômeno cultural e histórico torna-se um ponto de partida necessário que atribui dimensão aos passados e atuais antagonismos entre

israelenses e palestinos, acima de tudo, na Faixa de Gaza. A alteridade, neste caso, é firmemente encontrada na opinião pública e em seus agentes formadores, por onde décadas possuem seus povos, culturas e disputas estigmatizadas ou apagadas. Neste contexto, não lhes é concedido o direito de se representar; são, ao invés disso, representados conforme os interesses dos outros.

A noiva é muito bonita,

Mas ela já está comprometida. A referida frase faz menção à descrição feita pelo advogado, dramaturgo e jornalista austro-húngaro, Theodor Herzl (1860-1904), em uma de suas cartas durante sua passagem pelo Oriente Médio, especificamente pelo território palestino-otomano, ao final do século XIX. Para muitos, Herzl é considerado o precursor dos ideais sionistas, entretanto, o conceito havia sido anteriormente citado. De acordo com o escritor e historiador israelense Ilan Pappé,

O sionismo chegou como uma importação estrangeira. Teve início no século XIV, como um projeto cristão da Europa. Um número significativo de protestantes acreditava que o retorno do povo judeu a “Sião” faria com que as promessas feitas por Deus no Antigo Testamento fossem cumpridas. Seria o prenúncio da segunda vinda de Cristo, que marcaria o começo do fim do mundo – um processo que muitos evangélicos desejavam acelerar. (ILAN PAPPE, 2025, p.14)

Por sua vez, é possível acentuarmos a ideia de que Herzl, em seu livro, *O Estado Judeu* (1896), ao se debruçar em suas contribuições teóricas sobre a questão judaica e o antissemitismo padecido no continente europeu, não se sustentava a responsabilidade de fundamentar uma nova teoria ou ideal social por si só, pois este era previamente existente. Seu manifesto à comunidade judaica e a implementação sionista, fundou a criação de um espectro estatal e organizado, a partir de um modelo teórico preexistente, passando a ser conhecido como sionismo-político.

As discriminações enfrentadas pela comunidade judaica, de acordo com seus apontamentos, não se restringiam a uma vertente religiosa ou social, mas configuravam-se como um tema nacionalizado que estava limitado a "uma questão política mundial a ser discutida e resolvida pelas nações civilizadas do mundo em conselho". Dessa forma, impulsionou e articulou a consolidação da força política judaica. Após o Primeiro Congresso Sionista, realizado em Basileia em 1897, Herzl escreveu em seu diário: “Em Basileia, fundei o Estado judeu. Se eu dissesse isso hoje, seria recebido com risos universais. Em cinco anos, talvez, e certamente em 50, todos verão.”

Em consonância com os apontamentos do professor e historiador israelense, Ilan Pappé, o sionismo era, em resumo, um movimento para o qual a colonização da Palestina e a criação de um Estado judeu na região seriam a solução para os problemas dos judeus na Europa (2017). A partir desse ponto, diante do avanço intelectual e político promovidos por Herzl, além do significativo apoio de líderes que o defendiam de forma equivalente, o movimento se intensificou e alcançou reconhecimento internacional.

Alguns fatores são imprescindíveis para a compreensão deste estudo de caso: A priori, é necessário desenvolvermos a concreta conclusão de que o antissemitismo – principalmente no continente europeu – é identificado previamente a uma Alemanha nazista e suas respectivas revoluções sociais. O Terceiro Reich não introduziu uma novidade, mas reiterou, de forma institucionalizada, suas expressões individuais de ódio de uma maneira desumana, arbitrária e violenta. E o outro fator a ser considerado, trata-se do teor colonialista europeu inserido na trajetória histórica envolvendo a criação de um Estado-nação destinado a um povo, enquanto pôde-se observar o declínio populacional e territorial de outro.

A Declaração Balfour (1917), revela-se igualmente indispensável para o curso dos fatos. A carta – breve e concisa –, elaborada pelo ex-secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Arthur Balfour, teve como destino objetivo um dos líderes da comunidade anglo-judaica, o barão Lionel Rothschild. O documento – isto é, o governo britânico – almejava que o assentamento na Palestina, por parte de uma comunidade judaica pró-britânica, pudesse garantir a proteção do Canal de Suez, no Egito, além de diversos outros interesses. A declaração foi sustentada por potências aliadas ao final da primeira grande guerra (1914-18), e se fez formalmente aprovado em 1922 pela recém-formada Liga das Nações.

Em meados dos anos 40, os britânicos ainda se caracterizavam como soberanos no território árabe-palestino e neste ponto, em 1946, um ano após o fim da segunda guerra mundial e os inúmeros aspectos traumáticos do holocausto, diplomatas sionistas obtiveram êxito ao alcançar a vasta comunidade internacional sobre quem iria comandar o território palestino após a desocupação britânica. Subsequentemente, no ano seguinte, o resultado foi o Plano de Partilha da ONU, onde a solução de dois Estados foi exposta, porém, com oitenta por cento do território palestino (região da antiga província palestina otomana) sendo atribuído ao Estado judeu.

Ilán Pappé, em sua formulação teórica, sustenta a ideia de que a visível tentativa de exclusão aos palestinos (análogo ao ocorrido com a nação curda), foi uma falha significativa e que se tornou uma das principais causalidades que corroboram para a existência do conflito até hoje. Palestinos se opuseram ao plano e o que era para ter sido uma tentativa de acordo para a paz e concomitância entre ambos, se tornou pretexto para maiores índices de violência. Em

1948, com a retirada britânica e o início de uma guerra travada entre Israel e seus vizinhos hostis (árabes do Egito, Transjordânia, Iraque, Síria e Líbano), ao fim, culminaram no estabelecimento das primeiras fronteiras formais do recém-criado Estado de Israel.

Analisando os demais conflitos ocorridos e tentativas de acordos desenvolvidos em prol da paz e ordenamento territorial, sendo os Acordos de Oslo⁵ e a resolução 194 da Assembleia Geral da ONU⁶ os movimentos mais proeminentes, é notório que se trata de um percurso histórico que vai além da dimensão unicamente geográfica, pois, no fim das contas, verifica-se a presença da implicação moral, explorando paradigmas que transcendem a guerra enquanto conceito. Deve-se enfatizar que, não se refere a um conflito estritamente religioso, mas de fato, de uma alteração de natureza política, territorial e histórica – entre cujos elementos centrais está a argumentação à cerca da “Terra Prometida”, descrito na Torá como sendo atribuída por Deus ao povo Hebreu. Por outro lado, a região também possui profundo significado religioso aos muçulmanos por abrigar a mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém e ter vínculos profundos à história dos profetas Abrahim (Abraão) e Musa (Moisés). Atualmente, a continuidade das hostilidades se deve ao antagonismo entre o grupo paramilitar palestino Hamas e o Estado de Israel.

A mídia como arma e a opinião pública como objeto em disputa: Análise com participação especial do ‘jornalista marciano’

O tópico anterior foi destinado à minúscula contextualização histórica envolvendo a idealização e construção de um Estado-nação em um território previamente habitado por um contingente populacional, composto por árabes-palestinos cristãos, muçulmanos e uma minoritária quantidade de judeus (PAPPE, 2017). A linha do tempo – posterior a criação de um Estado israelense – preenchida por conflitos, divisões e tentativas de acordos, é reiteradamente mais extensa e complexa do que este artigo poderia compor. Todavia, a base, por menor que seja, é necessária para que possamos analisar o desempenho midiático sob os atuais eventos, desencadeados em 2023.

Um ponto mais do que proeminente é que comportamentos imorais geram comportamentos imorais. No início do novo milênio, a população palestina, inicialmente esperançosa com os Acordos de Oslo, se viu desiludida pela falta de mudanças práticas. Diante

⁵ Conjunto de acordos entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), aderido por ambas as partes e mediado por Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos, em 1993.

⁶ Adotada em 1948, consiste no retorno incondicional dos refugiados e de suas famílias à sua pátria (e, nos casos em que for possível, às suas casas).

da miséria econômica e da ausência de transformações significativas, um clima de revolta similar ao período pré-Primeira Intifada⁷ retornou entre árabes-palestinos. A Segunda Intifada, iniciada em 2000, contrastou com a primeira, marcada por confrontos sangrentos, resultando em milhares de mortes, impactando profundamente a vida da população civil. É a partir do crescimento da revolta que o Hamas – grupo que tem como base ideológica a interpretação radical do islamismo sunita – se fortalece.

O capítulo mais recente deste antagonismo – por vezes, bélico – teve como evento deflagrador o ataque coordenado pelo grupo extremista Hamas, particularmente oriundos de Gaza, ao território israelense. A referida “Operação Inundação de Al-Aqsa”, como nomeada, conduziu integrantes do grupo palestino ao sul de Israel, onde realizaram sequestros e massacres, provocando a morte de 1,2 mil civis e a retenção forçada de 240 reféns, segundo dados do G1 (2023) e O Globo (2024). A ocasião determinada e programada para o dia 7 de outubro, sobrepôs-se a acontecimentos de expressa relevância simbólica e histórica: o quinquagésimo aniversário da Guerra do Yom Kippur⁸ (1973), os oitenta e um anos desde a assinatura do Protocolo de Alexandria⁹ (1944) e a Simchat Torah, celebração que ocorre próximo ao final da festividade judaica Sucot, e marca, no calendário judaico, a conclusão da leitura anual da Torá. Desde então, Israel tem protagonizado uma intensa e brutal ofensiva ao povo palestino, que no momento presente atingiu um saldo de 67 mil mortos, segundo o Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas e chancelado pela ONU.

É necessário a reiteração de que, neste momento, não estamos lidando com uma guerra, mas com uma resposta armada sistemática protagonizada por Israel à Palestina, diante dos ataques terroristas do grupo Hamas, em 2023. Tais acontecimentos configuram-se como uma das questões mais intrincadas e delicadas do xadrez geopolítico atual. Desde o fim do mandato britânico na Palestina e a posterior criação do Estado de Israel, em 1948, até os episódios recentes amplamente difundidos, o conflito tem sido palco de tensões que culminaram no ataque barbárico do grupo terrorista Hamas à Israel, bem como a notada resposta desproporcional aplicada na Faixa de Gaza.

O Estado de Israel é um país que gera muita mídia ao redor do mundo, segundo as palavras do cientista político, Jorge Zaverucha. Esse mediatismo possui uma diversidade de

⁷ No contexto do conflito israelo-palestino, o termo se refere a dois grandes levantes populares palestinos contra a ocupação de Israel nos territórios da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e de Jerusalém Oriental.

⁸ A Guerra do Yom Kippur, também conhecida como Guerra Árabe-Israelense, foi um conflito armado ocorrido em 1973, envolvendo árabes e israelenses na região próxima ao canal de Suez, na fronteira com o Egito.

⁹ Foi um acordo assinado no dia 7 de outubro de 1944 por Egito, Iraque, Síria, Jordânia e Líbano, que serviu como base para a criação da Liga dos Árabes, no ano seguinte.

vantagens, principalmente no que se diz respeito ao sucesso de bilheteria de jornais ou programas televisivos que dedicam uma atenção também assimétrica ao conflito. Como observa Magda Jaber, escritora de origem libanesa e estudante de Relações Internacionais na Faculdade Belas Artes, em São Paulo, “Desde 7 de outubro, acompanhamos coberturas midiáticas que praticamente em nenhum momento forneceram um contexto humanizado e honesto sobre a região. Não conhecemos a resistência do povo palestino para além das ações do Hamas em 7 de outubro, de forma que as pessoas passaram a associar o povo palestino exclusivamente ao Hamas. Não encaixaria essa transformação de narrativa como uma necessidade de apresentar um vilão à sociedade, pois acredito que o conflito Palestina x Israel é historicamente um caso especial, recheado de interesses e interessados.”

Na imprensa brasileira, a jornalista Deborah Srouf, logo após os ataques do Hamas, defendeu que Israel exterminasse palestinos. Ao comparar o povo palestino com “animais”, contribuiu para uma formação de opinião-pública crítica focalizada em desumanizar esse contingente populacional. Historicamente, esse tipo de denominação costuma servir como justificativa para dizimar um grupo social, tendo em vista que nazistas chamavam os judeus de “ratos” antes do período do Holocausto. Como afirmou Albert Camus, em *A Peste* (1947), “Toda forma de desprezo, se apoiada numa convicção política ou religiosa, prepara ou instaura o campo de concentração”. No mesmo período, comentários de posicionamento contra o cessar fogo foram exclamados, pois de acordo com determinados jornalistas, isso ajudaria o grupo terrorista.

Em um formulário aplicado em prol desta pesquisa, algumas perguntas foram feitas em consonância com o desempenho da grande mídia ocidental perante o conflito árabe-israelense. Neste ponto, mostra-se relevante recorrer ao personagem idealizado por Noam Chomsky em uma de suas palestras no Town Hall, em Nova York: um jornalista extraterrestre, natural de Marte, que visita a Terra com o propósito de observar como os grandes jornais norte-americanos noticiavam a chamada “Guerra ao Terror”. Desprovido das inúmeras moralidades humanas, convenções sociais ou espectros políticos, esse “marciano” atua como um observador neutro, exercendo o jornalismo da maneira mais ampla e imparcial possível.

Dentro de trinta e um entrevistados, a grande maioria, cerca de 67%, acompanham notícias de cunho internacional. Mas, em contrapartida, 84% tiveram contato – mesmo que indireto – com notícias relacionadas ao atual conflito entre Israel e o Hamas. Poucos acompanhavam portais de mídia ‘independentes’ e ao perguntar sobre a humanização das

vítimas nas coberturas jornalísticas, as respostas ficaram divididas entre ‘raramente’ e ‘às vezes’.

Os meios tradicionais, ao priorizarem a cobertura dos ataques terroristas em Israel, considerados uma das ocorrências mais impactantes televisionadas e amplamente compartilhadas nas redes sociais oficiais, e ao optar por não noticiar, com a mesma ênfase, a resposta militar que simultaneamente se desenrolava na Faixa de Gaza, acabou por contribuir para a naturalização da desumanização de civis palestinos. Tal enquadramento midiático reforçou a percepção de que o extermínio posteriormente perpetrado seria, de algum modo, justificável, como se os palestinos pertencessem a uma categoria humana inferior.

Foi chegado o momento em que, cerca de um ano após os ataques do Hamas, a narrativa jornalística dos principais veículos do mundo se alterou. Isto porque, algo não estava caminhando como normalmente na história dos conflitos armados entre um lado contra o outro, costuma caminhar. São percebidos os fatores assimétricos e os acontecimentos na Faixa de Gaza. Verifica-se que esta “guerra” é mais do que um grupo terrorista fundamentalista demonstrando poder a um território e população que considera ser inimiga. Percebe-se também que crianças se tornaram alvos diretos, assim como homens e mulheres palestinas que eram alheios às ações desumanas do Hamas. Segundo dados coletados por autoridades de saúde em Gaza, nos mais de 67 mil palestinos mortos, soma-se, em média, 170 mil feridos das mais diversas formas possíveis. No interior desse conjunto de dados, observa-se que a grande maioria das vítimas era composta por civis, incluindo mais de 18 mil crianças.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, o jornalista Américo Martins, correspondente da CNN Brasil em Londres, que esteve na fronteira de Israel com a Faixa de Gaza durante a semana dos ataques aos israelenses, foi questionado sobre o papel poderio de transformação do jornalismo. Segundo Martins, “o jornalismo, ao trazer a informação correta, ao fazer o seu trabalho bem-feito, ele de fato transforma. E isso não tem opinião, não cabe opinião nesse processo. Eu estou falando de reportar os fatos, fazer análises profundas sobre o que está acontecendo e sobre os impactos futuros do que está acontecendo em determinados locais. Não que o mundo seja fácil de ser transformado, mas é fundamental como informação para que as pessoas possam tomar decisões informadas inteligentes com bases, por exemplo, científicas. A questão da transformação do mundo, a questão da nossa credibilidade, essa é uma palavra-chave. É muito mais importante do que qualquer outra coisa, inclusive do que a audiência. Embora a gente precise ter audiência para as pessoas se informarem e valorizarem, inclusive, nosso trabalho.”

Em continuidade, ao ser indagado sobre seu processo de trabalho, principalmente na cobertura do conflito árabe-israelense, o entrevistado afirmou: “[...] sempre tive muita liberdade de trabalho, muita confiança da equipe da chefia em mim, e vice-versa. Eu tento focar nas pessoas. Eu tento focar nas informações que eu colho, eu tento checar tudo, eu tento reportar a dor das pessoas. E, sinceramente, nesse tipo de cobertura, audiência não é a minha preocupação. Isso pode ser preocupação das emissoras, mas não é a minha. A minha preocupação é contar o que está acontecendo de uma forma que as pessoas entendam. Este é o meu trabalho; é isso que eu tento fazer.”

No evento Global Fact deste ano, ocorrido no Rio de Janeiro, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, fez um discurso sucinto e de imensa relevância sobre o conceito da viralização. Em suas palavras, “com a variedade, não há raciocínio das coisas.” Também afirmou que o termo *viralização* origina-se do conceito de vírus, contra o qual ainda não possuímos imunidade, e que estamos constantemente anestesiados por ele. Os avanços das redes informacionais podem ser um dos fatores que contribuíram para esse fenômeno. Neste cenário, verificou-se um processo de readequação das mídias tradicionais para as novas mídias, ou seja, o meio digital. Imagens e vídeos de atrocidades foram compartilhados, curtidos e republicados – fossem eles verdadeiros ou falsos. Isto é, para além de um conflito armado, há uma outra guerra em curso: a do excesso de informação, ou da desinformação.

A convergência e seletividade de opiniões nas coberturas, principalmente as desenvolvidas ainda em 2023, demonstraram falta de conhecimento histórico. A cobertura enviesada de uma diversidade de veículos acoplados com a onda de desinformação nas redes sociais, contribuiu para a propagação do ódio – não somente a uma ou ambas as partes do conflito, mas em certos casos, entre nós mesmos. Cumpre destacar que, todo o material documental, incluindo os registros fotográficos, audiovisuais e reportagens indicam que o Hamas e o exército israelense cometeram e permanecem cometendo crimes contra a humanidade. Ademais, ainda que as memórias coletivas do Holocausto tenham sido capazes de fixar a opinião pública de maneira favorável à causa judia após a Segunda Guerra, o hiato temporal entre o acontecimento e os conflitos atuais fizeram com que as atrocidades anteriormente cometidas perdessem parte de seu impacto emotivo, juntamente com a opinião pública. De certa maneira, os papéis bíblicos e simbólicos de Davi e Golias inverteram-se, revelando uma ótica de um povo palestino reprimido pela gigante Israel.

Entender um fato exige mais do que manchetes. O jornalista marciano, claramente, teria inúmeras críticas ao modelo humano de desenvolvimento e compartilhamento de notícias produzidas em solo terrestre. Isto porque, o jornalismo, por grande parte da população

considerado livre, ao se dedicar a cobertura de acontecimentos que interferem em acordos geopolíticos, alianças, religiosidade e moralidade, implica reconhecer que a abordagem desse tema demandará um caminho mais analítico e rigoroso. O marciano, personagem adotado por Chomsky, age verdadeiramente com sua integridade e princípios, em contraste com aqueles que simulam adesão, sem efetivo compromisso com tais práticas. Finalmente, embora seja mais custoso adotarmos a verdade íntegra e completa, essa é a escolha necessária se quisermos evitar maiores sequelas à coletividade. Caso contrário, saberemos que a verdade, em sua totalidade, perdeu a batalha.

Considerações finais; as palavras e as coisas

Há poucas coisas que são mais esperançosas do que o ato de analisar. A análise de algo consiste na esperança de que o elemento é capaz de se transformar. Sabemos que a ansiedade da imprensa reside mais na atenção e na venda aos anunciantes do que servir com informação privilegiada e relevante aos indivíduos. Somos pertencentes de uma sociedade baseada no consumo, ou seja, não há grandes surpresas quando observamos que, consequentemente, a grande mídia idealiza seu serviço público e social como um produto. Nas palavras do comunicador e historiador Jacques A. Wainberg, “a dieta é restrita. A cobertura é episódica, descontextualizada e simplória. Predomina a conveniência de horário, de custo, de esforço e de interesse imediato. Torna-se, assim, fácil a ação deletéria das relações-públicas disfarçadas de jornalistas desinteressados”, sintetizou no prefácio de *Opinião Pública* (1922), obra seminal de Walter Lippmann, considerado um dos pilares do jornalismo moderno nos Estados Unidos.

A princípio, assistiu-se ao surgimento e consolidação da televisão como meio dominante em escala mundial. Com isso, o público passou a ver os horrores da guerra, e não apenas imaginá-los. Atualmente, essa função é desempenhada pelas mídias sociais, que disseminam informações de maneira instantânea, sobretudo diante da escassez de jornalistas presentes em zonas de conflitos armados. Independentemente do método de suporte, a guerra deixa de se restringir ao campo material e se projeta para o campo ideacional, onde tende a permanecer.

A comunicação sempre será uma das maiores armas da humanidade, constituindo-se como um centro gravitacional de todas as atividades humanas. Em uma sociedade altamente globalizada e informada como a que vivemos hoje, os árabes palestinos, passaram a empregar novas estratégias, utilizando a mídia como sua arma mais eficaz, em comparação com

quaisquer outros recursos materiais. O poder da mídia é capaz, portanto, de construir narrativas e transformar uma determinada visão de mundo em uma opinião pública de alcance global.

Os conflitos armados, responsáveis pela miséria e supressão dos direitos humanos e sociais vigentes àquela nação, são justificados e tratados de maneira minimizada, afirmando possíveis certos ou errados de um ato que no fim das contas terá consequências negativas para ambos, e prioritariamente aos civis. A partir dos embates históricos entre Israel e Palestina, e os diversos portais jornalísticos analisados, é possível construirmos a compreensão de que apesar das justificativas, narrativas e construções de realidade, o papel jornalístico reside, sobretudo, em resistir politicamente e reconhecer o seu trabalho como fundamental para a integridade da informação e defesa dos direitos humanos.

No início desta pesquisa, a pergunta central foi: qual seria a maneira ideal de promover reconhecimento? Conclui-se que apenas a visibilidade não é o suficiente. É necessária a construção de uma narrativa ética, atenta e comprometida com representações justas. Walter Lippmann (1922), há mais de um século já apontava que o problema da imprensa é complexo porque tanto críticos quanto defensores esperam que dela se realizem milagres. De fato, o ofício jornalístico seria muito mais simples se as opiniões públicas fossem organizadas para a imprensa, e não pela imprensa. No entanto, as imagens que os indivíduos constroem em suas mentes, sobre si mesmos, sobre os outros e sobre o mundo, são, em essência, suas opiniões públicas. Assim, se o “atlas mental” de uma pessoa lhe diz que o mundo é plano, ela evitará navegar além do que imagina ser o limite do planeta, temendo despencar.

Logo, o jornalismo não deve se concentrar na transformação de opiniões individuais, mas em provocar mudanças que alterem as estruturas que moldam o debate social, sobretudo, as políticas públicas. O verdadeiro compromisso do ofício não está em persuadir, mas em iluminar os interesses que sustentam determinadas decisões estatais, contribuindo para uma sociedade mais consciente e crítica. Ao tornar-se o ponto de ruptura entre a narrativa e a realidade concreta, os jornalistas – os olhos e ouvidos do mundo – exercem da arte de pensar as mudanças e criar condições para torná-las efetivas (SANTOS, 2003, p.13).

Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas* (1966), argumenta sobre a evolução das ciências humanas, as condições de produção do saber ao longo do tempo e a relação entre a linguagem (as palavras) e a realidade (as coisas). Tomando essa perspectiva como ponto de largada, pode-se compreender que o papel de um artigo científico, ou de qualquer outra abordagem teórica, não se sustenta apenas em sua formulação conceitual. Afinal, uma coisa são as palavras, outra são as coisas. Contudo, sua coexistência não é impossível. Podemos argumentar por inúmeras páginas sobre como ser melhores jornalistas e como transformar

realidades por meio desse ofício. No entanto, para que essa transformação ocorra, é preciso um conjunto articulado de ações. Não apenas a mobilização individual de jornalistas, mas também a superação da seletividade de opiniões e da limitação de certas coberturas, que muitas vezes revelam desconhecimento histórico, posicionamentos ideológicos explícitos ou, em casos mais extremos, má-fé.

Não seremos capazes de dizer quando uma sucessão de eventos chegou ao fim, ou em que ponto terminou. A história humana permanece obstinadamente incompleta e a condição humana, subdeterminada (BAUMAN, 2004). É possível que Israel já esteja perdendo batalhas irrevogáveis e que as mudanças de narrativas tenham tornado este embate menos assimétrico em relação ao que era. É possível também que o impacto deste conflito seja visto, cada vez mais, em construções sociais profundamente afastadas do Oriente Médio. É possível, sobretudo, que o papel do jornal se configure como ainda mais necessário diante do avanço das revoluções informacionais em um mundo intensamente globalizado, no qual, como na alegoria da caverna de Platão, nunca estivemos tão imersos em sombras projetadas e percepções mediadas, tornando indispensável a atuação crítica e esclarecedora da categoria jornalística. Ao invés de nos dissociarmos, é fundamental o reconhecimento de que somos todos interdependentes uns dos outros, o que significa que o sofrimento ou a morte de qualquer pessoa afeta a humanidade como um todo. Portanto, *não pergunte por quem os sinos dobram; eles dobram por ti*.¹⁰

¹⁰ A frase é uma célebre citação do poeta inglês John Donne e foi popularizada por Ernest Hemingway em seu romance *For Whom the Bell Tolls* (1940).

Referências

- ADRA, Basel; BALLAL, Hamdan; ABRAHAM, Yuval; SZOR, Rachel (Direção). **Sem chão [No Other Land]**. Palestina; Noruega: Yabayay Media; Antipode Films, 2024. 1 vídeo (92 min), son., color. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAMUS, Albert. **A peste**. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A teoria do drone**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.
- DINES, Alberto; MELO, José Marques de; VOGT, Carlos. **A imprensa em questão**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Summus Editorial, 12. ed., 1997.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. 45. ed. Rio de Janeiro: L&PM, 2014.
- GONDAR, Jô. **Terror, terrorismo e reconhecimento**. Cadernos de psicanálise, Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 129-141, dez. 2016.
- KRISTOF, Nicholas D. **Gaza, bumerangue**. The New York Times, 9 jan. 2009.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução: José Marques de Melo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MATTEDI, Marcos. **Sociologia e conhecimento: fundamentos e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2005.
- MISLEH, Soraya. **Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2022.

ORTE, Paola de. **A mídia como arma de guerra e a batalha no campo ideacional: o conflito entre árabes e israelenses**. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ORWELL, George. **Revista Gangrel, nº 4, escrito no verão de 1946**. Tradução: Duda Teixeira.

PAPPE, Ilan. **Brevíssima história do conflito Israel-Palestina**. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Editora Elefante, 2025.

PAPPE, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. Tradução: Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2020.

PROMISES. Direção: Justine Shapiro; B.Z. Goldberg; Carlos Bolado. [S.l.]: **Promises Film Project**, 2001. 1 vídeo (106 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=szVg5p4tTNw>. Acesso em: 14 de mai. 2025.

SACCO, Joe. **Palestina**. Tradução: Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Tomaz Tadeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Milton. **O mundo global visto do lado de cá**. Direção: Silvio Tandler. [S.l.]: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. 1 vídeo (89 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ek0p8nv5Eo>. Acesso em: 25 de abr. 2025

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SATRAPI, Marjane. **Bordados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SATRAPI, Marjane. **Persépolis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THE FOURTH WORLD WAR. Direção: Richard Rowley. [S.l.]: Big Noise Tactical Media, 2003. 1 vídeo (78 min), son., color. Disponível em: <https://watch.plex.tv/movie/the-fourth-world-war>. Acesso em: 04 de mai. 2025.